

# ORGANIZAÇÃO SOLIDÁRIA DO TRABALHO E EXCLUSÃO ECONÔMICA

**Renata Faria dos Santos (UENF)**  
rerenatafariasantos@hotmail.com  
**Alcimar das Chagas Ribeiro (UENF)**  
alcimar@uenf.br



*Este trabalho utiliza os fundamentos teóricos de economia solidária para implementação de pesquisa exploratória sobre o modo de operação das cooperativas de trabalho no município de Campos dos Goytacazes-RJ. O objetivo é verificar em que medida essas organizações respondem aos princípios do cooperativismo: adesão livre e voluntária; controle democrático e participação econômica dos sócios; independência e autonomia das cooperativas; educação, treinamento e formação do pessoal; integração entre as cooperativas e preocupação com a comunidade. Complementarmente, o trabalho visa ainda identificar o papel das cooperativas em termos de flexibilização do trabalho, condições de trabalho, de empregabilidade e qualidade de vida dos trabalhadores. A hipótese considerada é de que projetos dessa natureza têm pouco contribuído para o bem estar de trabalhadores que, ao contrário, tem se tornado refém dessas organizações. Este contexto motivou a pesquisa, ainda em processo de desenvolvimento.*

*Palavras-chaves: Organização do trabalho, precarização do emprego, economia solidária*

## 1. Introdução

No Brasil e nos demais países da América Latina a história do trabalho, na modernidade, é intrínseca à história do desenvolvimento. Ressalta-se que o trabalho, como criador de riquezas, e o desenvolvimento têm uma longa história, que desde o início mostrou-se excludente: pelo tipo de produção utilizada e pela forma como foi conduzida esta produção, revelando uma concepção arcaica do trabalho, concretizada numa relação de exploração de uma mão-de-obra que, até hoje, em alguns casos extremos, ainda luta para sair dos padrões escravistas (WAUTIER, 2004).

No caos social resultante deste processo de modernização desigual surge, entre os trabalhadores, um questionamento crítico do modelo de desenvolvimento, do destino da riqueza produzida e do sentido exclusivo atribuído ao trabalho como gerador de lucro.

Como uma alternativa ao desemprego crescente, surge então a economia solidária, onde grande maioria dos trabalhadores não controla nem participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas.

Em diversas regiões do país, observam-se algumas vantagens do trabalho cooperado em relação ao trabalho assalariado. Destaques segundo Eid (2004) para: renda monetária que se aproxima do valor obtido no mercado de trabalho; condição de gestor do negócio com poder de decisão em benefício do coletivo de trabalhadores; valorização da auto-estima; desenvolvimento intelectual e potencialidades profissionais e realização do trabalho como algo digno e não como atividade penosa.

Os empreendimentos solidários são caracterizados como empresas que buscam combinar a eficiência e a viabilidade com as práticas dos princípios cooperativos e democráticos. E que visam proporcionar uma autonomia de gestão com responsabilidade e envolvimento social, na busca pela geração de resultados econômicos com benefícios na educação e na qualificação profissional (GAIGER, 2000).

Os empreendimentos da economia solidária não objetivam acumular capital, mas sim melhorar a qualidade de vida de seus membros (CORAGIO, 2000).

O objetivo deste trabalho é buscar na prática o funcionamento de uma organização cooperativa em Campos dos Goytacazes, que em sua maioria é formada por pessoas pobres, marginalizadas, que buscam uma solução para o desemprego, em uma realidade que financia a exploração da força de trabalho entre as classes, a precarização das relações sociais, a competição e o individualismo.

Este trabalho está assim organizado: o capítulo 1 contextualiza o tema na presente introdução; o capítulo 2 trata o marco teórico relativo às mudanças no trabalho e a economia solidária; o capítulo 3 trata a unidade de análise – o município de Campos dos Goytacazes;

## **2. Marco Teórico: as mudanças no trabalho e a economia solidária**

O conceito de trabalho se refere a uma época anterior àquela que o mecanizou e segmentou, sendo entendido com um sentido amplo e completo: “o trabalho humano é consciente e proposital” e o homem quando o realiza, utiliza suas capacidades de pensar e imaginar, conceber e projetar determinado objeto que quer transformar (Malassise & Alves, 1987 apud BRAYERMAN, 2005).

Segundo De Masi (1999), o trabalho no processo de produção artesanal era realizado em casa, onde emoção e afetividade, produção e reprodução, homem e mulher conviviam no mesmo espaço.

A atividade de trabalho constituía-se, portanto, no centro de gravidade da sociabilidade humana, já que o trabalho assalariado era tido como a matriz de uma condição social estável, era ele quem fornecia certas garantias e direitos que protegiam a população trabalhadora contra os principais riscos sociais, como a doença, a velhice e o desemprego. Ferreira & Bertucci (1998 apud CASTEL, 2005).

A partir de um determinado momento, o conceito de trabalho é modificado pela indústria, passando a partir deste advento a ser conhecido como uma atividade ampla e altamente direcionada, que passa a ser embasada no pagamento de salário (MALASSISSE & ALVES, 2005).

Diante desta nova realidade, a situação do homem se agrava com o advento da industrialização.

Concretamente, a flexibilidade se concentra sobretudo na destruição das garantias existentes em torno do regime de trabalho assalariado (ZAOUAL, 2006).

Segundo Malassise & Alves (2005), a mecanização do trabalho o excluiu deste ambiente, que cada vez mais estressado pelas exigências do trabalho, sente-se vazio por não conhecer sua individualidade e suas necessidades. O indivíduo passa então a conviver constantemente com a influência de uma angústia excessiva, criada pela idéia do progresso em função das obrigações do mundo moderno.

O emprego se tornou parâmetro de controle da performance financeira das empresas. O mercado do trabalho tem sido profundamente afetado com o aumento, sem precedente, dos empregos precários e do desemprego. O corolário tem sido a extensão da pobreza e da exclusão nos países globalmente ricos (ZAOUAL, 2006).

Neste contexto o Brasil passa a ser visto como a terra de desigualdades, e uma das conseqüências sociais mais graves que o atinge são os seus níveis absurdos de pobreza, decorrentes da desigual apropriação e repartição da riqueza, em um nítido contraste com a capacidade produtiva do país (GAIGER & ASSEBURG, 2006).

Desta forma, o Brasil termina o século XX com o crescimento preocupante de um grupo de pessoas atingido pelas estatísticas da violência, demonstrando que o problema atual não se refere apenas às conseqüências das condições de trabalho, mas também aos resultados da transformação e da falta de trabalho.

### **2.1. O que se entende por economia solidária?**

Com efeito, os fatos mostram que, ao lado da economia de mercado globalizada, a pobreza, a exclusão, as anomalias do mercado de trabalho, o impacto

da competição e da revolução tecnológica estimulam novas práticas econômicas híbridas que não fazem parte diretamente do mercado e preenchem o vazio que o estado de bem-estar deixou no seu rastro. Ao lado dos setores mercantil e público que, aparentemente, funcionam com base em princípios próprios e claramente definidos, assiste-se a uma proliferação de práticas vinculadas ao desenvolvimento local, da economia social, da economia solidária, etc (ZAOUAL, 2006).

A economia solidária está incorporada a uma imensa quantidade de atividades baseadas na cooperação mútua e pode se desenvolver em campos dos mais variados. Gaiger (2000) utiliza o conceito de *empreendimento econômico e solidário*, apresentando as mesmas características de solidariedade, democracia e envolvimento social da economia solidária.

A Economia Solidária é um movimento que propõe a substituição de um sistema de valores baseados no lucro, na acumulação e na competição, por um sistema de valores centrados no bem-estar social e na cooperação, tendo como foco o trabalho e o saber, e não o capital e sua propriedade. Baseado nesses fundamentos, os responsáveis pela atividade econômica devem cooperar ao invés de competir entre si, com o objetivo de alcançar uma sociedade em que predomine a igualdade (GAIGER, 2004).

Os sujeitos da economia popular não são apenas os trabalhadores que constituem as cooperativas e outros empreendimentos solidários, mas são todos aqueles que, direta ou indiretamente, participam no processo de reprodução, inclusive os que estão nas ruas da cidade.

A economia solidária surge como uma alternativa ao desemprego crescente, em que a grande maioria dos trabalhadores não controla nem participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas.

Segundo Gaiger (2004), a adesão crescente dos trabalhadores a alternativas de trabalho e renda de caráter associativo e cooperativo, ao lado da multiplicação de organizações representativas e de apoio, configura gradativamente a economia solidária como um novo campo de práticas de desenvolvimento.

## **2.2 A importância do trabalho para a economia solidária**

A busca pela qualidade de vida da economia solidária torna-se real somente quando os grupos percebem os processos econômicos como ameaçadores e escolhem deixar de lado a busca pela maximização de resultados (LISBOA, 2005).

A base da economia solidária pode ser formada por empresas familiares, ou ainda por pessoas da comunidade, por vizinhos ou amigos que se unem e buscam meios para produzir benefícios coletivos.

Eid (2004) enfatiza que a eficiência no trabalho se desenvolve onde existem interesse e motivação comuns aos membros. Podendo se obter maior uso da capacidade de trabalho e ampliação do conhecimento técnico e profissional incorporado à produção e maior igualdade na distribuição dos resultados do trabalho, conforme a contribuição real de cada um e do coletivo.

Nos empreendimentos solidários os trabalhadores-gestores se dispõem a fazer sacrifícios, abrindo mão de rendimentos mais elevados, para que todos possam continuar trabalhando. Enquanto na empresa capitalista, os empregados competem entre si por promoções, prêmios

de produção, lugares de chefia; no empreendimento solidário, a tomada de decisão, é feita com o conjunto de todos os trabalhadores, a confiança e a ajuda são vitais (SINGER, 1999a, 1999b).

Para que a autogestão apresente resultados, é necessário que seus membros estejam atualizados com relação às questões de organização da produção e do trabalho, controles administrativos e comerciais, buscando implementar idéias novas, criativas que auxiliem na construção da viabilidade com planejamento da demanda para tornar o empreendimento eficiente e capacitado para sobreviver no mercado.

Segundo Singer (2002) os diferentes empreendimentos de economia solidária no Brasil, na década de 80 e 90 passam pela experiência da autogestão, a partir do momento em que os trabalhadores assumem o comando de empresas que tinham falido; das experiências urbanas de cooperativismo, associativismo e grupos de geração de emprego e renda que nascem nas comunidades e nas redes de colaboração solidária.

### **2.3 O Movimento da Economia Solidária**

A Economia Solidária corresponde ao conjunto de atividades econômicas - de produção, distribuição, finanças, trocas, comércio, consumo, poupança e crédito - organizado sob a forma de autogestão, ou seja, pela propriedade coletiva dos meios de produção de bens e serviços (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2003).

A Economia Solidária compreende uma grande diversidade de práticas econômicas e sociais, organizadas sob formas de cooperativas populares, federações e centrais cooperativas, associações, movimentos, organizações comunitárias, compras coletivas, redes de consumidores, empresas autogestionárias (pequenas, médias e grandes), iniciativas familiares, feiras ou clubes de troca com uso de moedas sociais e complexos cooperativos (CATALISA, 2007, p.2).

Para a Economia Solidária, não é possível limitar-se apenas aos resultados materiais de uma referida atividade econômica, mas também aos benefícios sociais e ambientais, em função da qualidade de vida de seus membros:

Além de uma alternativa econômica das populações mais pobres e alijadas do mercado de trabalho, a Economia Solidária deve ser vista como um poderoso instrumento de reversão do quadro de pobreza, desemprego, exclusão em todos os níveis e precarização do trabalho, sustentada em modos coletivos de geração de trabalho e renda, integrados aos processos de desenvolvimento locais participativos e sustentáveis (CATALISA, 2007, p.2).

Segundo o Catalisa (2007), por ser recente no Brasil, a Economia Solidária tem se constituído em um processo de organização social e econômica de trabalhadores, na busca pela geração de trabalho, renda e inclusão social, através da constituição de empreendimentos econômicos solidários.

O sociólogo francês Thomas Coutrot em 2002, em seu estudo "Brasil: o boom da economia solidária", chegou à seguinte conclusão: "Criatividade política e empreendedorismo de um lado, precariedade econômica de outro, tal é o balanço contrastado da economia solidária e popular brasileira" (CATALISA, 2007).

### 3. Unidade de análise: o perfil do município de Campos dos Goytacazes

O município de Campos dos Goytacazes fica situado na região norte fluminense. A região ficou conhecida pelo seguinte paradoxo: Por um lado, por ter sido uma grande produtora de cana e açúcar, e ser hoje, responsável por mais de 80% da produção brasileira de petróleo; e por outro de estar entre as regiões de menor desenvolvimento do país, considerando os aspectos das desigualdades sociais, dos níveis de pobreza e condições de trabalho (CRUZ, 2003).

A maior expressão dessa assertiva segundo Cruz (2003) é o fato de seus municípios figurarem entre os de maior quantidade de famílias pobres e indigentes, os de piores índices de qualidade de vida e os de piores colocações no IDH, em termos do ERJ, com destaque negativo para o seu pólo tradicional, Campos dos Goytacazes.

De acordo com o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do Ministério do Trabalho, a participação do interior na geração de empregos nos nove estados mais populosos do país (São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia e Pará), cresceu nos últimos dois anos.

Em 2006, representou 43,5% sobre o total de empregos gerados (997.914) nestes locais, e as regiões metropolitanas, 56,5%. No ano passado, quando foram criados 1.314.201 postos celetistas nestes estados, ficaram concentrados no interior com 577.608 vagas, número equivalente a 44%, e nas áreas metropolitanas, 56%, que corresponde a 736.593 vagas.

Entre os setores que contribuíram para o bem-sucedido desempenho no interior, destacam-se Comércio (25.390), Serviços (24.758) e Indústria de Transformação (22.749).

Embora dados comprovem o crescimento do emprego no interior dos estados, a tabela a seguir demonstra que a situação de Campos dos Goytacazes, principalmente em 2007 é bem diferente das demais cidades do interior do país.

ANO	ADMISSÃO	DEMISSÃO	SALDO
2004	26.819	22.292	4.53
2005	27.519	26.457	1.06
2006	26.824	24.483	2.34
2007	26.633	29.223	<b>-2.59</b>

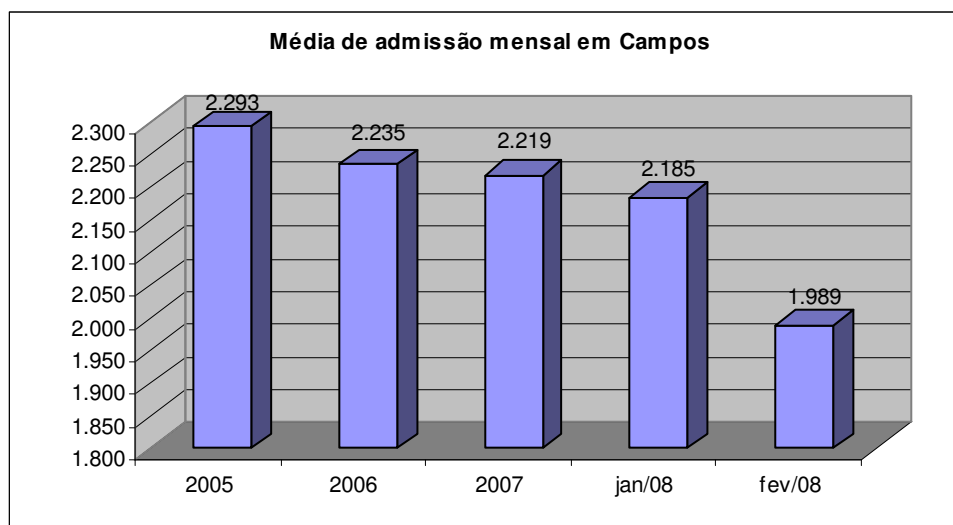
Fonte: Tabela 1: Dados do MTE

Tabela 1 – Pesquisa quantitativa Admissão X Demissão

Tal fato pode ser verificado pelo índice de admissões trabalhistas e desligamentos recentes. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, o saldo líquido (admissões menos desligamentos) foi negativo de 2,59 em 2007, representando uma diminuição no crescimento e geração de emprego, quando este número atingiu o quantitativo de 26.633 admissões, contra 29.233 demissões.

A averiguação do trabalho em relação a média mensal de admissões, mostra o município bem fragilizado, já que persiste um declínio de contratação a cada ano, observando-se uma tendência declinante no período 2005 a 2008. A média mensal de admissão em 2005 alcançou 2.293 contratações contra 1.989 contratações em fevereiro de 2008, retração equivalente a 13,26%. Neste mesmo período, o município de Macaé mostrou uma performance bem diferente, apresentando um crescimento de 25,62%. Interessante é que esta situação ocorre em um contexto onde existe um Fundo de Desenvolvimento, criado por lei em 2001, e que segundo os seus gestores, já aprovou 58 projetos para implantação de empresas no município no valor de 302,6 milhões de reais de investimento.

O gráfico a seguir, demonstra a média mensal de admissões no período 2005 / 2008.



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego

Contudo apesar de inúmeros projetos de apoio ao combate aos problemas sociais, a hipótese do trabalho indica que nem sempre estes trazem resultados e impactos positivos para os envolvidos.

Diante desta realidade as cooperativas que surgem como alternativa, não apenas para garantir o sustento, mas também como uma forma de inclusão social, parece apresentar certa dificuldade para inserir estas pessoas marginalizadas no mercado de trabalho.

Enquanto isso as iniciativas se multiplicam. Em 2007, na região sudeste, foi registrado na OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), 3.176 cooperativas, com destaque para os ramos Agropecuário, de trabalho e crédito. Estas cooperativas apresentaram nesse ano um crescimento do número de empregos gerados em 14,9% em relação ao ano anterior, totalizando 250,9 mil postos de trabalho, e o faturamento global do setor superou os R\$ 72 bilhões, correspondentes ao aumento de 6,15% frente ao ano anterior (OCB, 2008).

De acordo com a OCERJ (2008), no Estado do Rio de Janeiro são, ao todo, 1013 cooperativas registradas, abrangendo mais de 214 mil associados, gerando 6798 empregos, porém estima-se que esse número seja ainda maior, considerando-se as cooperativas não registradas. Desta quantidade indicada pela OCERJ, 21 encontram-se registradas na cidade de Campos dos Goytacazes.

#### 4. Metodologia

Mediante levantamento em site responsável pelo registro das cooperativas, foi identificada a existência de 21 cooperativas registradas e efetivamente atuantes a serem pesquisadas na cidade de Campos dos Goytacazes, com destaque para:

- Cooperativas de Crédito (Dentre estas, Cooperativa dos empregados da Usina Sapucaia Ltda, Cooperativa dos Servidores do Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos dos Goytacazes - COOCEFET, Cooperativa ECM Médicos e demais profissionais de saúde de Campos -UNICRED, Cooperativa de ECM da Cia Açucareira Usina Cupim Ltda- CREDICUPIM);
- Cooperativas Agropecuárias (Coop. Agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro Ltda) COAGRO, Coop. mista dos plantadores de cana do Estado do Rio de Janeiro- COOPERPLAN, Coop. dos produtores de cana de açúcar e álcool- COOPCAAL, Coop. dos produtores de leite de Campos Ltda - COOPERLEITE);
- Cooperativas de Trabalho (Coop. de consultoria de projetos e serviços em desenvolvimento- CEDRO, Associação das mulheres cooperadas de Guarus, Coop. de trabalhos múltiplos de Campos- COOPERCAMPOS, Coop. de informática Ltda- UNIPI);
- Além de cooperativas de Transporte, de Consumo, do ramo Habitacional, etc.

O estudo será desenvolvido através de pesquisa de campo, mediante uso de questionários com o intuito de obter uma maior credibilidade nas respostas. A análise terá como objetivo identificar:

- a) O ramo no qual as cooperativas atuam. (Se de serviços técnicos especializados, setor de saúde, setor de turismo e eventos, serviços diversos e serviço de informática e telecomunicações);
- b) Os tipos de clientes que utilizam os serviços oferecidos pelas cooperativas. (Empresas públicas, Empresas privadas, ou Clientes particulares);
- c) Se a cooperativa utiliza mão-de-obra terceirizada. Se sim, realizar um levantamento de quais os tipos de serviços utilizados;
- d) A média de ocupação de seus cooperados;
- e) Se a cooperativa oferece curso de aperfeiçoamento a seus associados, e quais os tipos;
- f) O ganho médio proporcionado aos associados pelas cooperativas;
- g) Os tipos de benefícios que estas cooperativas oferecem para seus cooperados, tais como: Convênios com planos de saúde, cesta básica, seguro de vida, equipamentos de segurança e treinamento para uso, bom ambiente de trabalho, cursos de capacitação, etc.
- h) As formas de flexibilização adotadas: Jornada flexível, distribuição de clientes de acordo com a disponibilidade do cooperado, pró-labore variável, contratos diferenciados, enriquecimento de suas funções pela aprendizagem de novas tarefas;

#### 5-Considerações finais



Este trabalho encontra-se ainda em desenvolvimento. Sua conclusão terá como objetivo a verificação das práticas e dos resultados alcançados pelas cooperativas de trabalho existentes em Campos dos Goytacazes na região Norte Fluminense, visando identificar até que ponto estas apresentam resultados no combate às desigualdades sociais e à pobreza.

Como ponto de partida para este trabalho foi necessário realizar um levantamento em órgãos especializados e responsáveis pelo registro das cooperativas atuantes, possibilitando identificar as principais cooperativas de trabalho de Campos dos Goytacazes-RJ.

Conforme mencionado anteriormente, este trabalho de pesquisa terá como objetivos: Verificar em que medida estas organizações cooperativas respondem aos princípios do cooperativismo, identificar o seu papel em termos de flexibilização e condições do trabalho, e comparar os resultados obtidos pelas cooperativas com os propostos pelo Programa de Desenvolvimento da Economia Solidária.

A conclusão deste trabalho, bem como seus resultados será tema de futuras discussões e outros trabalhos de pesquisas.

Entretanto, os resultados esperados devem seguir a hipótese traçada, já que algumas ações prévias indicam que as cooperativas em atuação no município, parecem desconhecer a real finalidade dessas organizações. Alguns indícios mostram o uso desse tipo de organização como estratégia de redução de custo de encargos trabalhistas e outros, por parte de empresas tradicionais. Ações desse tipo não contribuem para inserção social, aprofunda a exploração trabalhista e fortalece a informalidade, com prejuízo para a sociedade.

## 6- Referências

**CATALISA-REDE DE COOPERAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE.** *A economia solidária: a cooperação nas relações de trabalho.* 2007.4p.

**CORAGGIO, J. L.** *Da Economia dos setores populares à economia do trabalho.* In \_\_\_\_\_. *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia.* Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE; UCSAL, 2000.

**CRUZ, J. L. V.** *Emprego, Crescimento e Desenvolvimento Econômico: Notas sobre um Caso Regional.* BOLETIM TÉCNICO DO SENAC, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 28-40, 2003.

**DE MASI, Domenico.** *O futuro do trabalho, fadiga e ócio na sociedade industrial.* Rio de Janeiro: José Olímpio; Distrito Federal: UNB, 1999.

**EID, F.** *Educação e Sócio-Economia Solidária – Paradigmas de Conhecimentos e de Sociedades,* 1. Cácares: UNEMAT, 2004.

**FERREIRA, C.G.; Bertucci, J.O.** *A economia popular solidária em Belo Horizonte – um estudo exploratório.* Texto para Discussão do centro de desenvolvimento e planejamento regional da UFMG, no. 255, 2005.

**GAIGER, L. I. G.** *Sentido e possibilidades da economia solidária hoje.* In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia.* Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: Cese, Ucsal, 2000b.

\_\_\_\_\_. *A economia solidária frente a novos horizontes.* *Jornal da Economia Popular Solidária,* Porto Alegre, p. 4 - 4, 30 abr. 2004.

**GAIGER, L. I. G.; ASSEBURG, Hans Benno.** *A economia solidária e a redução das desigualdades.* In: IX Encontro de Economia Região Sul - ANPEC-SUL, 2006, Florianópolis. IX Encontro de Economia Região Sul - ANPEC-SUL, 2006.

**LISBOA, Armando de Melo.** *Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites.* RAE. Jul/Set. 2005, p. 109 – 115

**MALASSISE, R. L. S. ; Alves, Rozane .** *Condições de vida e trabalho na economia solidária e na economia capitalista.* In: III Encontro Internacional de Economia Solidária, 2005, São Paulo. Anais do III Encontro Internacional de Economia Solidária, 2005. v. I.

**Ministério do Trabalho e Emprego -** "Plano Nacional de Qualificação: Termo de Referência em Economia Solidária", 2003.

**SINGER, Paul.** *Possibilidades da Economia Solidária no Brasil In:* CUT BRASIL. Sindicalismo e Economia Solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. São Paulo: CUT, 1999a: 51-60.

\_\_\_\_\_. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas.* 3ed. São Paulo, Contexto, 1999b.

\_\_\_\_\_. *A recente ressurreição da economia solidária no Brasil.* In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

**ZAOUAL, H.** (2006). *Nova economia das iniciativas locais.* Rio de Janeiro: DP&A editora.

**WAUTIER, Anne Marie T.G.E.** (2004). *As relações de trabalho nas organizações de economia solidária - um paralelo Brasil-França.* Tese de doutorado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.